

# Museus e colecções de arqueologia: conceitos e programas

## Conferência de abertura

Isabel Pereira \*

### 1. Introdução

Não é fácil historiar a formação e desenvolvimento das colecções arqueológicas existentes nas Instituições museais portuguesas. Muitos dos museus portugueses, incluindo museus de arte, conservam e até valorizam, colecções de âmbito arqueológico. Basta consultar o “Roteiro dos Museus de Portugal” (Lisboa, 1973), editado pela Direcção Geral dos Assuntos Culturais. O processo de incorporação destas colecções não é, pois, facilmente explicável.

A dificuldade resulta da falta de monografias que versem a história dos Museus, as concepções dos seus fundadores e a forma de integração das suas colecções. Apraz-nos, todavia, verificar que no último quartel deste século, o panorama tem sido positivamente alterado. Referimo-nos, concretamente, aos trabalhos de Saavedra Machado (1965), Henrique Gouveia (1997), Luísa Estácio da Veiga (Santos, 1997) e aos investigadores que, com estudos parcelares, apresentados em “Almadan”, (Almada, N.º 2, Julho 1993) e no “Arqueólogo Português” (Lisboa, 1993-1994), contribuíram, directa ou indirectamente, para uma melhor compreensão e apreciação da história dos museus e das colecções arqueológicas em Portugal.

A vastidão temporal e o largo âmbito geográfico dos acervos museais abrangidos pelos comentários que se seguem, não permitem, neste trabalho, um exame tão completo quanto desejável. Uma reflexão coerente da história das colecções arqueológicas implicaria o estudo das principais figuras ligadas à arqueologia, incluindo a análise do seu pensamento e a definição do conceito de Museu preconizado, comparando-o, depois, com a sua efectivação concreta. Abordaremos, tão só, o estudo de personalidades cujo pensamento foi marcante para a evolução das instituições onde trabalharam e que, posteriormente, desencadearam alterações no panorama museológico português.

---

\* Museu de Aveiro. Av. St.ª Joana Princesa 3810-329 Aveiro.

## 2. Museus e colecções: conceitos e programas

### 2.1. Museus do séc. XIX

O incremento dos estudos arqueológicos associado à realização de trabalhos de campo, na Europa, no séc. XIX, tiveram, evidentemente, consequências em Portugal. Assistiu-se a uma grande movimentação e discussão em torno das explorações arqueológicas, da fundação de museus, da incorporação de colecções e da divulgação científica ligada à problemática arqueológica.

Assim, em 1849, criou-se, em Setúbal a “Sociedade Archeologica Lusitana”, presidida pelo Conde de Palmela e patrocinada, mais tarde, pelo rei D. Fernando. Os estatutos da Sociedade foram aprovados a 27 de Março de 1850. Preconizavam o estudo das ruínas de Tróia e a fundação, em Setúbal, de um Museu “Archeologico”. O resultado dos trabalhos científicos seriam publicados nos “Annaes da Sociedade Archeologica”, fundado para o efeito (Gouveia, 1985).

A gestão do museu e das colecções seriam da responsabilidade da Sociedade então criada, mas a inspecção competiria ao Estado, no sentido de evitar a degradação do espólio.

Os estatutos previam normas rigorosas e concretas relativamente aos objectos exumados. Exigiam, sabiamente, o seu registo e descrição em livro próprio e culminava, pela obrigatoriedade da sua publicação na imprensa local. Anunciava, de igual modo, penas rigorosas a aplicar aos responsáveis pelo desvio das colecções.

Previam-se o sucesso. O alto patrocínio, o interesse manifestado pelas individualidades locais, a área limitada de acção, a fundação do Museu Arqueológico com programa previamente estabelecido – exposição e estudo dos objectos exumados – a garantia da publicação dos resultados científicos através de boletim próprio – “Annaes da Sociedade Archeologica Lusitana” –, os estatutos publicados, assegurariam, o sucesso da novel instituição. A realidade foi diferente. Por falta de capital as escavações e os “Annaes da Sociedade Archeologica” foram suspensos e o Museu não conseguiu instalações dignas apesar de todos os esforços desenvolvidos. Sabemos que a colecção de moedas recolheu à Sociedade Nacional de Belas-Artes.

Foi, sem dúvida, um projecto nascido com base no entusiasmo romântico da época, apresentando programa e fundamentação científica convincentes, próprios do séc. XIX.

Dentro do mesmo espírito parece-nos ter surgido o Museu – Museu dos Architectos Civis –, hoje, conhecido por Museu do Carmo ou Museu da Associação dos Arqueólogos Portugueses. Foi fundado, nas ruínas da Igreja do Carmo, em 1863. As colecções começaram por reunir-se, graças aos trabalhos de recolha efectuados por architectos, membros da Associação. Inquestionavelmente, a incorporação dos diferentes núcleos ligam-se a conceitos, claramente estabelecidos nos estatutos, de conservação e de preservação do património proveniente de áreas geográficas muito vastas e indiferenciadas. Recolham-se, assim, objectos de todo o País. A ligação romântica dos architectos aos estudos arqueológicos parece evidente. Aceitavam-se, do mesmo modo, doações e legados. A falta de unidade dos núcleos incorporados, associada à ausência de uma

metodologia expositiva coerente denunciavam a inexistência de um programa museológico. As colecções foram organizadas em 5 salas, dedicadas a André de Resende, a D. Fernando II, a D. Nuno Álvares Pereira, a Possidónio da Silva e a Afonso Domingues. Na primeira estava exposta a colecção arqueológica romana, na segunda eram mostrados os retratos de figuras históricas ilustres e individualidades ligadas à Associação, na terceira observavam-se azulejos do séc. XVI, esculturas em mármore e fotografias de monumentos, nomeadamente da Batalha, da Sé da Guarda, da Sé de Coimbra, etc., na quarta existia um modelo do Túmulo do Condestável, e cópias de baixo relevo egípcias, uma colecção de pesos e medidas do séc. XVI, antiguidades do México, esculturas em marfim e imaginária religiosa e, finalmente, na quinta sala, observavam-se amostras de materiais de construção (Couto, 1947; Pereira, 1900; Santos, 1970). Os resultados tornaram-se visíveis: uma apresentação incompreensível embora rica em espécimes.

Outro exemplo paradigmático da Museologia Arqueológica Portuguesa, foi o “Museu do Algarve” concebido por Estácio da Veiga, cerca de 1879-1880 (Santos, 1997). Estácio da Veiga foi encarregue de efectuar trabalhos arqueológicos no Algarve e de elaborar a respectiva carta arqueológica. O árduo trabalho foi realizado e o início da publicação da carta aconteceu, em 1886: “Antiguidades Monumentais do Algarve”. Todavia, a publicação completa ocorreu somente em 1910, catorze anos depois da morte do seu autor. A monumental pesquisa efectuada pelo investigador algarvio impressionou e influenciou positivamente os arqueólogos portugueses.

Com base nos estudos efectuados, Estácio da Veiga apresentou um programa de “Museu Arqueológico do Algarve” a instalar no Algarve. Vicissitudes várias não permitiram a sua concretização. Todavia, em 1880, quando da reunião, em Portugal, da IXª Sessão do Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-Histórica, foi possível observá-lo, paradoxalmente, em Lisboa.

Como metodologia científica de apresentação, optou pela divisão da colecção em quatro grandes secções – Arqueológica, Epigráfica, Antropológica e Paleontológica. No discurso apresentativo, imperou o critério geográfico, sempre ligado à estação de proveniência dos materiais, com as colecções organizadas seguindo critérios cronológicos.

Outros serviços indispensáveis ao desenvolvimento do museu, nomeadamente desenho, restauro e moldagens, completavam o projecto. O plano global de museu, preconizado por Estácio da Veiga, não se afastava de outros congéneres. A Arqueologia aparecia, como ciência, ligada à Antropologia e à Paleontologia.

Quanto às colecções arqueológicas, a proposta expressava um projecto pessoal ainda que científico. O programa do “Museu do Algarve” apareceu pois, intimamente ligado à investigação científica: – Carta Arqueológica do Algarve. Este conceito de museu nasceu da necessidade de Estácio da Veiga documentar, concretamente com objectos, as explorações arqueológicas que realizara.

A Real Academia das Ciências de Lisboa recebeu a incumbência de mandar efectuar o estudo geológico do País. Da realização dessa tarefa nasceu a instituição conhecida por “Museu dos Serviços Geológicos”(Santos, 1970; Gouveia, 1997).

Todavia, só a partir de 1857, será possível falar de Museu, graças à acção de Carlos Ribeiro, de Francisco Pereira da Costa e de Nery Delgado.

Pela exposição o Museu pretendia explicar a História da Terra e do Homem apoiando-se nos conhecimentos científicos adquiridos através dos estudos geológicos e paleontológicos.

O pensamento e os trabalhos arqueológicos de Mortillet influenciaram a apresentação. Foi a “Comissão Geológica do Reino”, fundadora do Museu, que organizou, em Portugal, a IXª Sessão do Congresso Internacional de Antropologia, Arqueologia e Pré-História, em 1880, onde Mortillet marcou presença. Parece-nos, contudo, que nesta apresentação as colecções arqueológicas teriam uma função secundária. Destinavam-se a fundamentar estudos geológicos e paleontológicos, embora a organização do Museu contemplasse secções de Arqueologia e de Pré-História.

É neste Serviço que se institucionaliza a Arqueologia em Portugal, através da criação de um quadro de pessoal próprio e especializado, ainda que com profundas raízes e influências nas ciências geológicas.

No decorrer do séc. XIX, precisamente em 1890, aparece no Porto, a *Revista de Sciencias Naturaes e Sociaes*, órgão da “Sociedade Carlos Ribeiro”. O prefácio, da autoria de Basílio Telles, traça os princípios orientadores da nova publicação. Mais tarde, com a dissolução da “Sociedade Carlos Ribeiro”, surge, também no Porto, em 1899, a “Portugalia”, dinamizada pelos principais mentores da revista então extinta: – Fonseca Cardoso, Ricardo Severo e Rocha Peixoto (Pereira, 1993-1994A; Pereira, 1997; Pereira, 1998). Os seus propósitos foram claramente estabelecidos na nota de abertura da autoria de Ricardo Severo. Assumia-se como “Archivo Nacional de Materiaes para o Estudo do Povo Portuguez...”.

Foram colaboradores incondicionais do núcleo do Porto e da novel publicação Martins Sarmiento e Santos Rocha.

Rocha Peixoto, na “Revista de Portugal”, em artigo intitulado “A iniciativa individual na Arqueologia” chamou a atenção para a actividade e seriedade científica destes dois investigadores que, com meios próprios, realizaram trabalhos de campo, fundaram e sustentaram museus (Peixoto, 1892).

Neste escrito, foi pela primeira vez, em Portugal, teorizada e estabelecida a diferença entre *Arqueologia Institucional* e *Arqueologia de iniciativa individual*. As conclusões do trabalho não agradaram a Leite de Vasconcelos.

Em Guimarães, surgiu novo projecto. O Museu, a Sociedade e a Revista científica foram peças essenciais da concepção científica alicerçada por Sarmiento.

No museu, as colecções arqueológicas foram expostas, por secções e arrumadas cronologicamente. Briteiros, foi adquirido por compra e passou a integrar o percurso museológico, complementar do museu (Gouveia, 1985; Cardoso, 1982).

A área territorial e de intervenção científica confinara-se à região Nortenha. Viagens e excursões científicas, com carácter pluridisciplinar, completaram a acção. Leite de Vasconcelos, em 1882, integrou uma destas missões.

Em 1884, a Sociedade organizou a “Exposição Industrial de Guimarães”. Os reflexos não se fizeram esperar. Cerca de 1900, os estatutos da Sociedade foram modificados e enunciavam que ao museu cabia a “exposição permanente dos produtos da industria do Concelho de Guimarães, procurando apoiar a sua promoção comercial”. O programa agora proposto ultrapassava os objectivos possíveis de alcançar por uma mera exposição arqueológica.

A noção de desenvolvimento económico da região, relacionada com o bem estar das populações, passou a ser associado à instituição Museu. Princípio, hoje, assumido como motor da corrente conhecida por “Nova Museologia”.

Todavia já, em 1876, o programa do “Museu Distrital de Santarém”, expressava a mesma necessidade.

De igual modo, na Figueira da Foz o programa relativo ao museu, não se limitava à apresentação das colecções arqueológicas. O museu, quando da sua fundação, foi constituído por 4 Secções (Arqueologia Pré-Histórica, Sala de Comparação, Arqueologia Histórica e Arqueologia Industrial). Relativamente à apresentação das colecções arqueológicas, os princípios orientadores limitaram-se a meros critérios cronológicos. A colecção foi dividida por núcleos, organizados cronologicamente e correspondentes a grandes períodos históricos, salvaguardando, todavia, a proveniência. A grande novidade, neste caso, foi o esforço de explicar as colecções pré-históricas, servindo-se de materiais etnográficos, nomeadamente de proveniência africana. Nasce a Sala de Comparação.

A área de acção do Museu ultrapassou a zona centro. Excursões e explorações ao Algarve, e às Beiras foram frequentes. A noção de museu, ligada a determinado território, não foi claramente teorizada. É de lembrar que os trabalhos arqueológicos efectuados por Santos Rocha, no Algarve e nas Beiras, pretenderam verificar hipóteses formuladas relativamente às estações da Figueira e estabelecer comparação entre os resultados obtidos.

Os dois casos – Figueira e Guimarães – documentam a força de duas figuras sabedoras e influentes que realizaram acções e efectuaram modificações profundas na comunidade. Constituíram, paralelamente, “Sociedades” que os apoiaram na investigação e na divulgação das colecções e dos respectivos museus. Destacamos a importância que uma linha editorial consistente – Boletim da Sociedade Arqueológica e Revista de Guimarães – desempenharam na divulgação e prestígio dos respectivos museus.

Por outro lado, deixaram, quando da sua morte, as Instituições que dirigiram suficientemente consistentes e capazes de resistir às incertezas resultantes dos seus próprios desaparecimentos.

Qualquer olhar, mesmo que rápido, sobre os museus com colecções arqueológicas, implica uma referência ao actual Museu Nacional de Arqueologia. Foi fundado por Leite de Vasconcelos, em 1893, com o nome de “Museu Etnográfico Português”. Depois, em 1897, passou a denominar-se “Museu Etnológico Português” (Ribeiro, 1942; Moita, 1993-1994; Gouveia, 1997).

Os conceitos programáticos orientadores desta importante instituição evoluíram e coincidiram, no geral, com a sua dependência, relativamente à tutela.

De 1893 a 1897, o “Museu Etnográfico Português” viveu um período difícil e duro. Tratou-se da época da consolidação da instituição, pautada pela procura de novas instalações, pelo enriquecimento das colecções, pelas acções tendentes a alcançar um melhoramento de relações com a tutela, nomeadamente, no campo do orçamento e do aumento do quadro de pessoal.

Parece-nos, todavia, que neste período, o pensamento de Leite de Vasconcelos, relativamente às colecções de arqueologia, não estaria consolidado e orientava-se no sentido de considerar a “Arqueologia como um ramo, o ramo passado, da Etnografia” parafraseando Alves Pereira.

Depois de 1897 o Museu passou a denominar-se “Museu Etnológico Português”. Conceptualmente o programa do Museu foi enriquecido. Leite de Vasconcelos traçou-o claramente e definiu objectivos: “Este Museu tem por fim

contribuir, pela exposição permanente de objectos respectivos a todas as épocas da nossa civilização, desde as mais remotas, para o conhecimento das origens, vida e caracteres do povo português”.

Em suma, a Arqueologia, a Etnografia e a Antropologia contribuiriam, em uníssono, para o conhecimento do povo português.

O programa reflecte, assim, modificações conceptuais, introduzidas, em consequência das críticas efectuadas pelos seus mais directos opositores, nomeadamente pelo grupo “Portugalia”.

A ideia de museu foi, de novo, clarificada, em 1911, no “Regulamento do Museu Etnológico Português: “O Museu Etnológico Português destina-se a contribuir para o estudo das origens, carácter e evolução histórica do povo Português, pela exposição permanente de objectos arqueológicos e etnográficos, e restos antropológicos, provenientes principalmente de Portugal”.

Paradoxalmente, programa diferente tinha “O Archeologo Português”, órgão promotor do museu. Propunha-se “manter contactos... entre os diversos indivíduos que, por interesse científico, ou por mera curiosidade, se occupam das nossas antiquallas”. Nunca aspirou a apresentar largas dissertações nas suas colunas.

O espaço do Mosteiro dos Jerónimos, onde o Museu foi reinstalado, em 1900, permitiu a Leite de Vasconcelos uma apresentação digna das colecções até aí nunca atingida. As antigas instalações, exíguas, nunca tinham permitido a Leite de Vasconcelos, larguezas na apresentação. As colecções organizaram-se por secções: Secção de Arqueologia, Secção de Etnografia Antiga e Moderna, Secção de Antropologia Antiga e Moderna. Esclarece Leite de Vasconcelos que pretendia, com esta exposição “representar a parte material da vida do povo Português, isto é, tudo o que a esse respeito etnicamente nos caracteriza”.

É duvidoso que os objectivos tenham sido alcançados. Santos Rocha, em carta dirigida ao próprio Leite de Vasconcelos comenta “que a organização me deixou alguma coisa a desejar”. Conclui, depois, que “como está o Museu é para sábios, e não para estudiosos”.

Polémicas e incertezas atingiram o Museu entre 1911-1913.

A programação republicana, relativamente aos museus, trouxe constrangimentos a Leite de Vasconcelos.

Na primeira fase o Museu dependia do Ministério do Fomento, depois, do Ministério do Interior. A subordinação directa efectuava-se através dos “Conselhos de Arte e Arqueologia”, composto por “artistas, escritores, críticos de arte ou arqueólogos”, além de outras individualidades. Leite de Vasconcelos sentia-se isolado no grupo.

Argumentava, então que o “Museu Etnológico”, pelo programa e pelas colecções, não se enquadrava devidamente na tutela. Ganhou a batalha e o Museu passou para a dependência Universitária.

O programa do museu manteve-se inalterado até 1929, embora as colecções de arqueologia tenham sido substancialmente enriquecidas. Os estudos museológicos, relativamente ao Museu de Belém, da autoria de Leite de Vasconcelos foram extremamente ricos (Vasconcelos, 1915). A atenção do director voltou-se para a requalificação da exposição e para a organização do serviço.

A 17 de Março de 1929 a designação do Museu passaria a “ Museu Etnológico Dr. Leite de Vasconcelos”, em homenagem ao fundador. A 27 de Abril de 1929 Manuel Heleno tomou a seu cargo a direcção do Museu.

Manuel Heleno, depois de 1955, tentou uma reforma total da instituição. No documento final sobre a reinstalação do Museu, na cidade Universitária, organizado por uma comissão nomeada para o efeito, merece realce a clareza de conceitos expressos: áreas públicas, áreas privadas, áreas semi-públicas; relação do Museu com a Universidade e com os investigadores; necessidade de áreas de análises complementares aos estudos arqueológicos; necessidade de áreas de trabalho, nomeadamente destinadas à catalogação; urgência de uma linha editorial renovada (Heleno, 1965).

## 2.2. *Museus da República*

Com o advento da República não se processaram cortes radicais relativamente aos conceitos que tinham presidido à fundação dos museus, no séc. XIX.

No plano das ideias, a doutrina relativa aos Museus Regionais, foi pouco inovadora. Por outro lado, outros Museus Nacionais, na área da Arqueologia, não foram criados.

A fundamentação relativa ao incremento dos museus regionais baseava-se, numa primeira época, no ideário explanado, em 1890, por Rocha Peixoto em artigo intitulado “Museus Regionais” (1890) e, mais tarde, em 1930, confirmado em artigo de Virgílio Correia intitulado “Da Importância dos Museus Regionais”(1930).

A República, reflectindo um ideário socialista, advogava que os museus deveriam ser acessíveis a todos. Funcionariam como instituições de educação permanente, contribuindo, assim, para o desenvolvimento económico da Nação. Todavia, não é lícito esquecer, a influência que as grandes exposições industriais dos finais do séc. XIX e início do séc. XX provocaram na instituição “Museu”. Prepararam, de certo modo, as modificações posteriormente efectuadas.

Concretamente, os homens da República estavam, na generalidade, empenhados na apresentação das grandes colecções de Arte, outrora pertencentes à Igreja e às Ordens Religiosas que, por força de Lei, tiveram de administrar. Advinha, assim, numa primeira fase, um certo empobrecimento relativamente à conceptualização, à criação e ao rejuvenescimento dos Museus Arqueológicos.

Tomemos, por exemplo, o Museu de Castelo Branco.

Quando da sua constituição, o Museu Municipal de Castelo Branco, hoje Museu Tavares Proença Júnior, nasceu sentimentalmente ligado ao Museu de Belém. Proença Júnior considerava-se discípulo de Leite de Vasconcelos. A leitura da correspondência trocada entre ambos demonstra o muito apreço e consideração de Proença Júnior pelo mestre.

Na região, foi recolhida uma colecção arqueológica com cerca de 3000 objectos. Proença Júnior solicitou, à Câmara, instalação própria para instituir o museu. O pedido foi atendido. Paralelamente, preparava uma publicação que fizesse eco da investigação realizada, mormente relacionada com a investigação arqueológica.

Proença Júnior delimitou o seu trabalho a um território, previamente escolhido (Beira Baixa). O programa visava o estudo “das mais antigas civilizações d’esta região” – afirmação escrita em carta dirigida a Leite de Vasconcelos.

Todavia, em 1911, surgem os primeiros ressentimentos com o Mestre. O programa arqueológico, de âmbito nacional, atribuído ao Museu Etnológico Português e o mau hábito de Leite de Vasconcelos não respeitar o “direito científico” dos achadores e dos exploradores das estações, foram a fonte de atritos e de conflitos. Verificou-se, em Castelo Branco, com as escavações de Idanha-a-Velha e, com Santos Rocha, relativamente à Figueira da Foz. Proença Júnior desabafava: “Ora trabalhando eu por *dedicação*, não posso levar à paciência que outros se mettam a fazer explorações nas 7 estações neolíticas, nas 81 antas, nos 8 túmulos, nos 30 castros ou nas 81 estações romanas que consegui descobrir no distrito em 10 annos de trabalho, de contrariedades e de despesas de toda a espécie”.

Proença Júnior concebeu um programa de museu visando unicamente os estudos e a colecção arqueológica. Percebeu, por outro lado, a importância que poderia ter para o museu e para a implementação da Arqueologia, na região, a existência de uma publicação periódica. Tutelou o Museu à Câmara Municipal no sentido de lhe garantir uma existência longa e pouco atribulada.

Todavia, outro programa, para a mesma instituição, fora explanado, em “O Archeologo Português” por Alves Pereira (Pereira, 1908). Quando da sua notícia de abertura, enunciou os rumos que o novo museu deveria seguir: “não convém ficar ainda por aqui. O Museu não deveria ser exclusivamente archeologico. O alargamento da sua esfera asseguraria também, creio eu, a sua futura conservação. A própria archeologia é um ramo, o ramo passado, da ethnografia.

Pois abranja a instituição toda a vasta ethnografia local, isto é, a ethnografia ou do districto ou da provincia... E de patamar em patamar, sou ainda levado a abrir nova secção para a historia natural do districto ou da provincia”. Quanto ao Boletim acrescenta: “É preciso que esta ideia educadora não tenda a gerar só archeologos, mas quantas especializações se filiam no âmbito da ethnographia”.

O regulamento do museu, elaborado pela Câmara Municipal, ignorando as propostas de Proença, terá sido influenciado, certamente, pela doutrina exposta por Alves Pereira.

Outro caso interessante relaciona-se com a fundação do Museu Regional de Aveiro, em 1911.

Na fase organizativa do Museu, as entidades e personalidades locais sempre trabalharam no sentido de recolher os objectos de arte pertencentes aos antigos conventos. O resultado foi positivo. Mello Freitas escreveu, em 6 de Fevereiro de 1911, em carta dirigida a Afonso Costa, –“Feixe de motivos por que na parte nobre do Convento de Jesus de Aveiro se deve instalar um Museu, distrital ou municipal” – sobre a oportunidade da fundação de um Museu de carácter distrital ou municipal. Todavia, anteriormente, em 1886, Joaquim de Vasconcelos insistiu na necessidade das personalidades locais tratarem “de organizar um museu onde recolhessem todas as reliquias archeologicas que fossem colhendo n’este concelho e nos limítrofes” (Gomes, 1921).

Concretamente, quando em 1911, foi fundado o Museu, as colecções seleccionadas foram exclusivamente artisticas. O Museu denominava-se “Museu Regional de Aveiro”, sob tutela municipal. Com a nomeação de Alberto Souto, em 1944, para a direcção do Museu, formou-se um núcleo arqueológico de

alguma relevância. Constituíram-no, essencialmente, materiais exumados nas Antas da Serra do Arestal e, outros, escavados nas estações romanas de Cacia e Cabeço de Vouga.

A Arqueologia e a Etnologia continuavam a ser consideradas núcleos indispensáveis nos Museus regionais, municipais ou distritais. A Arqueologia por seu lado, continua a ser considerada como o sector antigo da Etnografia. Convém, aqui, relembrar a importância que exerceu sobre Alberto Souto a exposição Industrial que se realizou em, Aveiro, 1882.

Com António Gonçalves, director do Museu de 1958 a 1984, a fundamentação teórica da exposição não foi alterada. A apresentação das colecções arqueológicas precedia os núcleos etnográficos, agora maioritariamente constituídos por aquarelas e desenhos com temas de conteúdo local. Uma miniatura de um barco “Moliceiro” animava a exposição. Todavia, dado o grande valor das colecções de Arte, a Arqueologia e a Etnografia nunca atingiram o impacto desejado, sendo posteriormente desmanteladas.

### 3.3. A contemporaneidade

No decorrer dos anos 60 a inauguração do Museu Monográfico de Conimbriga veio, de certo modo, revitalizar o panorama museológico português, no campo da Arqueologia.

Surgiu pela primeira vez, em Portugal uma instituição museal, ligada a um território arqueológico – ruínas da antiga cidade de Conimbriga. O programa contemplava, ainda, a existência de um laboratório destinado a conservar as espécies descobertas e, cedo, desenvolveu acções destinadas a apoiar pequenos museus locais.

Por outro lado, o museu iniciou uma acção de colaboração com o Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra.

É de recordar que, pela mesma data, decorria na Universidade de Coimbra, uma renovação dos estudos arqueológicos.

A acção conjunta do Museu e do o Instituto de Arqueologia da Universidade processou-se, preferencialmente, na área de investigação. O rigor da metodologia utilizada na investigação de campo e no estudo dos materiais cedo deu os seus frutos. Por outro lado, o protocolo celebrado com a Universidade de Bordéus – Missão Arqueológica Franco-Portuguesa – permitiu a escavação e estudo de uma ampla área da antiga cidade romana. Deu-se, pois a internacionalização do Museu.

Surgiu, ainda, neste contexto e, pela primeira vez em Portugal, uma *equipa* que levou a bom termo a publicação dos sete volumes referentes ao resultado das escavações efectuadas – “Fouilles de Conimbriga”.

Aparece, pois, um Museu cuja programação tocava pontos até então olvidados:

- Território de acção delimitado
- Exposição no Museu e percursos orientados nas ruínas
- Laboratório para serviço próprio e apoio externo
- Investigação/colaboração com outras instituições nacionais e estrangeiras
- Equipas de escavação e de estudo dos materiais

- Internacionalização da Instituição
- Publicações de qualidade, quer referentes às escavações quer respeitantes às colecções

É certo que, hoje, em Conimbriga, a noção de “território” não se limite à área de implantação da antiga cidade Romana. Por acção do “grupo dos amigos”, parece assistir-se ao seu alargamento à área do antigo município flaviano. Outros estudos complementares foram efectuados. Outras áreas e ciências, nomeadamente a Geologia, a Botânica e a Zoologia foram consideradas tendo por meta atingir um “conhecimento integrado” do antigo município.

Por outro lado, o Museu D. Diogo de Sousa, em Braga, em processo de reinstalação, apresenta um programa diferente mas igualmente inovador.

A sua área de acção envolve a cidade de Braga.

O museu disponibiliza-se para efectuar escavações e estudos na área urbana da cidade em colaboração com a Câmara, com o Gabinete Técnico ou com outras instituições. Conhecer e divulgar *Bracara Augusta* é o objectivo final. A investigação é uma linha forte do programa.

O museu, – *edifício* –, apresenta áreas cobertas destinadas a exposições permanentes e temporárias. Todavia, a exposição permanente ultrapassa a área edificada. Uma ampla superfície descoberta, com vestígios arqueológicos, permite a ligação do museu com o seu objecto de estudo, lembrando a directa relação com a antiga cidade romana.

Por outro lado e complementarmente, o museu privilegia o serviço de conservação, efectuado através de laboratório próprio. Investiu na formação do pessoal técnico.

A informatização das colecções tem sido outro pólo de empenhamento da instituição. As dificuldades inerentes ao registo e inventário das colecções arqueológicas são continuamente discutidas. O árduo e difícil caminho tem sido paulatinamente desbravado.

A revolução de Abril e a conseqüente descentralização cultural teve efeito imediato nas áreas de investigação arqueológica. Os municípios subsidiaram escavações, recolhendo em instalações próprias o material exumado.

Desenvolveu-se, por outro lado, a ideia sobre a necessidade de valorizar todo o património local. Neste contexto, as colecções arqueológicas desempenharam uma importante função. Surgem museus ou instituições museais, com núcleos arqueológicos de razoável importância. Faltaram, todavia, a estas instituições, na generalidade, programação coerente e demais requisitos que caracterizam a instituição museu.

Dada a grande dispersão de pequenos museus arqueológicos de tutela municipal, poderemos aduzir do papel relevante que estas instituições desempenharão quando da implementação da rede de museus.

No campo autárquico, merece análise, o sucesso ocorrido em Mértola.

Associado a um programa cultural que valoriza todas as áreas do saber, pretendeu-se desenvolver cultural e economicamente uma cidade.

Nasceram vários núcleos museológicos sectoriais. Os sítios e monumentos, quando o justificarem, são musealizados sem, todavia, afastar ou inibir os habitantes relativamente às acções em curso.

Concretamente, as acções arqueológicas – campo arqueológico, museus arqueológicos, conservação e restauro dos materiais – integram-se num plano

mais abrangente que, como já foi assinalado, pretende desenvolver a cidade e criar o bem estar das populações. A formação, na área da Arqueologia e da Cultura, efectuou-se e ainda decorre através da escola profissional, ligada directamente ao projecto, que por sua vez, pretende intervir positivamente no mercado de emprego regional.

A Arqueologia – Romana, Árabe, ou Medieval – aliada ao Artesanato, ao Urbanismo, à História da Arte contribuem para o engrandecimento e a valorização de toda uma região. O rigor das metodologias, os contactos internacionais, a postura científica exigida à equipa e a linha editorial firme constituíram veículos seguros relativamente ao lançamento exterior do projecto.

Outros casos poderiam ter sido enumerados, nomeadamente, Almada, Silves e Setúbal. Todavia, o denominador comum de todos os programas de sucesso, tem por base, uma sólida área de investigação.

## Bibliografia

ANNAES da Sociedade Archeologica Lusitana (1850-1851). Setúbal. Vol. I, II e III.

CARDOSO, M. (1982) – *Francisco Martins Sarmento. Esboço da sua vida e obra científica*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento.

CORREIA, Virgílio (1930) – *Da importância dos museus regionais*. Coimbra. Separata da “Biblos”. p. 318-328.

COUTO, J. (1947) – O Museu da Associação dos Arqueólogos Portugueses. *Arqueologia e História*. 8ª Série, vol. III. p. 83-105.

DIAS, E. A. R. (1907) – Real Associação dos Arquitectos Cívicos e Arqueólogos Portugueses. Principais assuntos que foram tratados ou referidos em sessões da Assembleia Geral desde 22 de Novembro de 1863 (data da fundação) até 11 de Novembro de 1889. *Boletim da Real Associação dos Arquitectos Cívicos e Arqueólogos Portugueses*. 4ª Série, t. XI: 2 e 3, p. 124-127, p. 169-191.

HELENO, M. (1965) – Programa para a instalação do Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos na cidade Universitária. *Etnos*. Lisboa. IV, p. 63-74.

GOUVEIA, H. C. (1985) – Acerca do conceito e evolução dos museus regionais portugueses desde finais do séc. XIX ao Regime do Estado Novo. *Bibliotecas, Arquivos e Museus*. Lisboa. 1: 1, p. 147-185.

GOUVEIA, H. C. (1997) – *Museologia e etnologia em Portugal. Instituições e personalidades*. Lisboa. Dissertação apresentada para obtenção do grau de Doutor em Antropologia, área de Museologia. Universidade Nova de Lisboa.

MACHADO, J. L. S. (1965) – *Subsídios para a história do Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos*. Lisboa. Separata de “O Arqueólogo Português”. Lisboa. Nova Série, t. 5.

MARQUES, G. (1921) – *História do Museu Regional de Aveiro: 1911-1921*. Aveiro: Ed. do Autor.

MOITA, I. (1993-1994) – Museu Etnológico Português ou Museu Nacional de Arqueologia. Um problema de identidade. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série 4, 11/12. p. 143-151.

PEIXOTO, R. (1890) – A iniciativa individual na arqueologia. *Revista de Portugal*. Porto. III, 21, p. 350-270.

- PEIXOTO, R. (1890) – Museus Regionais. *Revista de Portugal*. Porto. III, p. 184-194.
- PEREIRA, F. A. (1908) – Museu Municipal de Castelo Branco. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série 4, 13-15, p. 117-118.
- PEREIRA, G. (1900) – O Museu Arqueológico do Carmo. *Boletim da Real Associação dos Arquitectos e Arqueólogos Portugueses*. Lisboa. Série III, VIII, p. 140.
- PEREIRA, I. (1993-1994) – Leite de Vasconcelos e Santos Rocha: Reflexos da polémica “Portugália”. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 4, 11/12, p. 89-101.
- PEREIRA, I. (1993-1994) – Santos Rocha e a arqueologia do Algarve. *Noventa Séculos entre a Serra e o Mar*. Lisboa: IPPAR. p. 45-57.
- PEREIRA, I. (1998) – Museu Municipal Dr. Santos Rocha: um século de sucesso e incertezas. In *Museologia e Autarquias: Experiência e perspectivas. Actas do VII Congresso*, Seixal. Seixal: Câmara Municipal. p. 43-67.
- PORTUGALLIA* (1899-1903). Porto. t. 1: 1-4.
- REVISTA de Ciências Naturais e Sociaes* (1890-1898). Porto. Vol. 5.
- RIBEIRO, O. (1942) – *Vida e Obra de José Leite de Vasconcelos*. Sep. de “Portucale”. Porto. Vol. IV.
- SANTOS, M. A. R. C. A. dos (1970) – *Aspectos da museologia em Portugal no séc. XIX*. Lisboa: Ed. do Autor.
- SANTOS, M. L. E. da V. A. dos (1997) – Estácio da Veiga, a Carta Arqueológica e o Museu do Algarve. *Noventa Séculos entre a Serra e o Mar*. Lisboa: IPPAR. p. 21-43.
- VASCONCELOS, J. L. de (1897) – Museu Etnológico Português. *O Archeologo Português*. Lisboa. S. 1, III, p. 113-115.
- VASCONCELOS, J. L. de (1906) – Musée Ethnologique Portugais: Belém (Lisbonne). *O Archeologo Português*. Lisboa. S. 1, IX, p. 160-164.
- VASCONCELOS, J. L. de (1913) – Sindicância ao Museu Etnológico Português. *O Archeologo Português*. Lisboa. S. 1, XVIII, p. 178-190.
- VASCONCELOS, J. L. de (1915) – *História do Museu Etnológico Português (1893-1914)*. Lisboa: Imprensa Nacional.